

ATA DA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia onze de julho de dois mil, deu-se início a Septuagésima Primeira Assembléia Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), presidida pelo seu Presidente CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA ( FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL ). Presente os conselheiros titulares: NORMANDO BATISTA SANTOS ( ABONG ); MARIA STELA SANTOS GRACIANI ( PUC-SP ) MARIA IZABEL DA SILVA ( CUT ); NELSON ÉDER DE SOUZA MODESTO ( MNDH ); KÊNIA AUGUSTA FIGUEIREDO ( CFESS ); JOSÉ FERNANDO DA SILVA ( CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE ) ; JOACIR DELLA GIUSTINA ( CNBB ); RACHEL NISKIER SANCHEZ ( SBP ) ; CHARLES ROBERTO PRANKE ( AMENCAR ) ;CRISTINA MARIA SILVA ALBUQUERQUE ( MPAS); IVANILDO FRANZOSI ( CASA CIVIL ); ANTONIO IVAN ARAUJO SILVA ( MP ) ; OLGA CÂMARA ( MJ ) . Presentes também, os conselheiros governamentais suplentes que assumiram a titularidade nesta assembléia: JÚLIO BOAVENTURA SANTOS MATOS ( MRE ) ; MARILDA MARFAN ( MEC); PAULO ANDRÉ JUKOSKI ( MET / INDESP) e ELIANA CRISÓSTOMO ( parcialmente); Ivone Bezerra de Mello ( MTE ) e a representante do Ministério da Saúde Jane Ramos Pereira. O Presidente abriu os trabalhos, submetendo a pauta à plenária, tendo a mesma sido aprovada por todos, como segue: **I LEITURA, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS ATAS DA SEXAGÉSIMA OITAVA , SEXAGÉSIMA NONA E SEPTUAGÉSIMA ASSEMBLÉIAS ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS-** As Atas das três últimas Assembléias não foram apresentadas, tendo em vista o acúmulo de trabalho na Secretaria Executiva do Conselho - **II AVALIAÇÃO DAS PENDÊNCIAS DA ASSEMBLÉIA ANTERIOR.** Foi feito balanço sobre o cumprimento das pendências , de acordo com a memória da assembléia anterior, sendo que os encaminhamentos não efetivados foram justificados pelos seus responsáveis. Quanto aos pontos pendentes, foram transferidos para novas posições nas Comissões

Temáticas e Grupos de Trabalho. **III TRABALHOS DE GRUPOS DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E GRUPOS DE TRABALHO.** As Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho se reuniram no restante da manhã e no período da tarde, para tratarem de assuntos específicos de suas áreas de atuação. No dia doze, deu-se prosseguimento aos trabalhos, com alteração na pauta para a inclusão do lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto - Juvenil, conforme segue: I - PARTICIPAÇÃO NA ABERTURA DO ENCONTRO NACIONAL "CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS PARA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ". Os conselheiros se deslocaram para o Centro de Convenções de Brasília, para participarem da abertura do Encontro Nacional e do lançamento do Selo "Selando o Futuro", em parceria CONANDA e Empresa Brasília de Correios e Telégrafos, onde parte dos recursos da venda desses selos será creditada ao Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente. II - Participação do Lançamento do Relatório Mundial do UNICEF sobre a situação da Infância e Adolescência. Às onze horas, os conselheiros retornaram ao Ministério da Justiça, para continuidade dos trabalhos. III - LANÇAMENTO DO PLANO NACIONAL PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO - JUVENIL. Estiveram presentes para o lançamento, o Secretário de Estado dos Direitos Humanos Gilberto Saboia, a Secretária de Estado da Assistência Social Wanda Engel Aduan, técnicos do DCA, técnicos do CECRIA e o coordenador do Fórum Nacional DCA. O Presidente deu as boas - vindas à todos, passando a palavra ao Secretário de Estado dos Direitos Humanos Gilberto Saboia. O Secretário agradeceu ao CONANDA pela oportunidade, parabenizando o Conselho pelos dez anos do Estatuto. Para ele, o Estatuto é o marco fundamental, sobretudo porque adotou o princípio da Proteção Integral. Ressaltou que o Estatuto faz parte do Plano Nacional dos Direitos Humanos e que os direitos humanos perpassam à todos os órgãos de governo, considerando-o um tema transversal. Enfatizou sobre a importância do lançamento do Plano Nacional, (versão preliminar), destinado ao combate a violência sexual infanto - juvenil e da importância de sua análise para posterior aprovação pelo

Conselho. Em seguida, passou a palavra à Secretária de Assistência Social. Wanda Engel, disse ser com muita emoção que retorna ao seio deste Conselho, tendo em vista ter participado da primeira composição do CONANDA. Disse que o Estatuto foi um trabalho de muitas mãos e muitas mentes, considerando a primeira lei que surgiu de uma organização social e ressaltou também, sentir-se orgulhosa por ter participado da sua elaboração, bem como por ter proferido o discurso de instalação do CONANDA. A Secretária fez uma breve retrospectiva das ações antes e depois do Estatuto, alegando ter uma visão otimista dos dez anos desta lei, enfatizando que não devemos nos deixar vencer pela desesperança. Finalizando, informou que o Plano ora lançado será implantado em dezenove Estados brasileiros onde a questão da violência sexual foi colocada na agenda social de seus governantes. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra à conselheira Olga Câmara, a qual registrou a evolução das ações do Estatuto em relação a dez anos atrás. Fez um registro especial aos profissionais do CECRIA, através da Rede Recria e ressaltou a luta dos técnicos do DCA, que vem a muitos anos trabalhando na construção do Plano de Enfrentamento a Violência Sexual. Salientou, que alguns estudiosos do assunto consideram a questão do abuso e da exploração sexual uma questão de saúde e de justiça, tendo ela acrescentado, como sendo também uma questão social e de direitos humanos, por considerar a violência sexual infanto - juvenil a maior violação dos direitos humanos. O Presidente afirmou, que considera o Plano aprovado por unanimidade pelo Conselho, porque o mesmo foi construído com a participação dos mais diversos setores governamentais e não governamentais ao longo de cinco anos, estando o CONANDA sempre presente nessas discussões. Reafirmou sobre a importância da parceria com o governo, para a implantação dos direitos da criança e do adolescente, mesmo com todas as adversidades e dificuldades que se apresenta. **IV - RELATO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS E GRUPOS DE TRABALHO - 1) COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS** - O coordenador Charles Franke, informou que a Comissão irá agendar reunião com o novo Secretário de Estado dos Direitos Humanos, para tratar sobre o orçamento do FNCA e da manutenção do CONANDA para o ano dois mil. Os demais assuntos

tratados pela Comissão serão enviados aos conselheiros através do relatório. **2) COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS** : A conselheira Marilda Marfan, fez o relato dos trabalhos, dando enfoque aos seguintes assuntos: a) Triagem das propostas da III Conferência - Discutiui-se como trabalhar os temas já selecionados na última assembléia e decidiu-se pela formação de uma subcomissão para organizar as propostas apresentadas, em uma pauta de trabalho conjunto, envolvendo os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos e Conselhos Setoriais, para acompanhar e monitorar o desenvolvimento das ações. A subcomissão será composta pelas conselheiras Rachel Niskier, Kênia Augusta e Marilda Marfan. b) Avaliação do trabalho preliminar apresentado pela consultora Neide Castanha, sobre Diretrizes Nacionais para Política de Atendimento à Crianças e Adolescentes - A consultora fez uma rápida apresentação do seu trabalho, tendo sido apresentado pela Comissão sugestões para o seu aprimoramento. A minuta deverá ser reapresentada à Comissão até o dia primeiro de agosto para reavaliação da mesma no dia oito de agosto em Brasília, pelos conselheiros Joacir, Kênia e Maria Izabel; c) Encaminhamentos e correspondências. A conselheira Maria Izabel, informou sobre a resposta da consulta feita ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre a formalização das Convenções Cento e Trinta e Oito e Cento e Oitenta e Dois junto à OIT, sobre a publicidade das mesmas no Diário Oficial da União e sobre indicação dos membros da Comissão Tripartite. Foi informado pelo Ministério, que todos os membros da Comissão Tripartite já foram designados, cuja instalação se dará no dia treze de julho. Acerca do procedimento para formalizar a ratificação da Convenção Cento e Trinta e Oito, informou que o mesmo já foi realizado no mês de junho, em Genebra, com o depósito da declaração anexa à Convenção. No que se refere à publicação na íntegra das Convenções no Diário oficial da União, informou que ainda não foi feita, sendo a mesma competência da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores. A conselheira sugeriu para que o CONANDA oficialize a solicitação ao referido ministério. Outro ponto abordado, foi com relação ao trabalho infantil aprovado na III Conferência, afirmando que há necessidade de maior aprofundamento

quanto a questão do trabalhador aprendiz e do trabalho educativo, tendo em vista os vários projetos de lei propostos no Congresso Nacional e a legislação pertinente. Propôs incluir como ponto de pauta na próxima plenária esta discussão, bem como formular convite ao Dr. Ricardo Tadeu, Promotor de Justiça do Ministério Regional do Trabalho da Décima Quinta Região - Campinas - SP, para debater o assunto. A proposta não foi aceita pela plenária, tendo em vista que os projetos sobre o trabalho infantil que estão no Congresso Nacional ,foram discutidos pelos integrantes do Projeto de Avaliação dos dez anos do ECA, chegando-se ao consenso de um único projeto o qual deverá ser aprovado pelo Poder Legislativo. A plenária indicou o nome da conselheira para representar o CONANDA na instalação da Comissão Tripartite. Com relação ao Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto - Juvenil, a conselheira Maria Stela e Cristina Maria , propuseram que o CONANDA articule e coordene o referido Plano e que seja criado um Grupo de Trabalho para organização de oficina de planejamento estratégico, a fim de detalhar a execução e as competências de cada órgão executor envolvido no Plano. A conselheira Cristina disse ainda, que o Plano por ser versão preliminar, necessita ser aperfeiçoado, sem contradizer o que foi pactuado, propondo que o produto da oficina seja apresentado ao Conselho. O Presidente sugeriu para que esta discussão seja coordenada pela Comissão de Políticas Públicas e inserida na agenda da Assembléia Ampliada com os Conselhos Estaduais, a ser realizada no mês de outubro. A conselheira Eliana, disse que o Plano apresentado é um condensado, porém o documento completo é mais amplo. Foi aprovado pela plenária a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar análise do Plano. O GT será integrado pelas conselheiras Rachel, Maria Stela e Cristina, ficando marcada a primeira reunião para o dia oito de agosto, na Secretaria Executiva do Conselho. A conselheira Maria Izabel, propôs que o referido Plano seja publicado no Diário Oficial da União através de resolução do CONANDA; **3) GRUPO DE TRABALHO SOBRE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS** - A coordenadora do GT Maria Stela, fez o relato dos trabalhos, informando a situação dos Convênios firmados com recursos do FNCA. Quanto aos abaixo-assinados contra o rebaixamento da idade

penal, informou que o Conselho recebeu até o momento oito mil, novecentos e setenta e duas assinaturas. Propôs enviar correspondência aos CEDCAS, solicitando maior empenho por parte dos mesmos a fim de atingir a meta de um milhão de assinaturas até o mês de outubro de dois mil. Informou sobre correspondência recebida do Deputado Federal Joel de Holanda, solicitando informações sobre os projetos enviados pela FUNDAC - PE, tendo sido informado que o GT em mil novecentos e noventa e nove analisou os quinze projetos encaminhados, priorizando três deles e solicitando informações complementares ao CEDCA de Pernambuco, o que não foi atendido. Quanto ao Projeto enviado ao CONANDA através de Emenda Parlamentar do Deputado Federal Freire Júnior, a coordenadora informou que o mesmo refere-se a abrigo e não a medida sócio-educativa ficando responsável por uma análise mais acurada do projeto, devendo a mesma ser apresentada na próxima assembléia. Foi apresentado novo calendário de visitas para acompanhamento dos convênios celebrados com recursos do FNCA. O GT propôs e foi aprovado para que a Assembléia Ordinária do mês de setembro seja realizada em São Paulo, no período de dezoito a vinte e dois, para discutir a implantação e implementação das medidas sócio-educativas no Estado. Sugeriu ainda, que a assembléia do mês de novembro seja realizada na Bahia, para discussão do trabalho infantil, também tendo sido aprovado pela plenária; **4) Grupo de Trabalho Sobre Conselho Tutelar** - Tendo em vista a exiguidade de tempo não foi apresentado o relato do GT, ficando o mesmo responsável de enviar o relatório aos conselheiros via correio eletrônico. **V - AVALIAÇÃO DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DE SÃO LUÍS** - O Presidente procedeu a avaliação da assembléia extraordinária, realizada em São Luís do Maranhão, tendo sido registrado o que segue: a) Foi válida e deu forças ao CEDCA; b) Foi interessante e houve o entrosamento entre conselheiros governamentais e não governamentais, porém há necessidade da participação de todos os conselheiros; c) houve construção coletiva para uma Política Pública; d) A assembléia foi enriquecida pela participação do Presidente do CEDCA; e) Enviar cartão de agradecimento ao Presidente do CEDCA e a Secretária Executiva Salete; f) Reconhecimento do

trabalho da Bernadete e Eliana; g) Crescimento como conselheiro, ressaltando que é preciso ousadia para fazer cumprir o Estatuto, h) O CONANDA ganhou com a assembléia descentralizada e as pessoas deram esse depoimento; i) Necessidade de articular com as autoridades para o cumprimento das pendências. **VI - INFORMES - 1)** o Conselheiro Charles Pranke, informou sobre o processo de escolha dos conselheiros da sociedade civil, ficando constituída comissão composta pelos conselheiros Charles Pranke, Normando Batista Santos e José Fernando da Silva, para coordenar este processo, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Convocação. Foi discutido ainda, o conteúdo do Edital de Convocação, contendo os critérios e os prazos estabelecidos para a eleição dos conselheiros para a gestão de dois mil e um e dois mil e dois, o qual deverá ser publicado no Diário Oficial da União; 3) A conselheira Maria Stela, informou sobre os contatos mantidos com a coordenadora do Programa Paz nas Escolas Denise Paiva, enfatizando sobre o Kit "Ética e Cidadania no Convívio Escolar". Ela disse que o material refere-se a capacitação de educadores para o enfrentamento da violência nas escolas e que o mesmo estará sendo distribuídos pelo MEC. A conselheira Marilda Marfan, complementou a informação dizendo que este material só estará disponível a partir do mês de setembro; 4) A conselheira Maria Stela, informou ainda, que o concurso para o Prêmio " Sócio Educando", foi prorrogado até o dia trinta e um de julho de dois mil; 5) O Técnico do DCA Jarbas Falcão, apresentou a Minuta de resolução sobre arrecadação de recursos para o FNCA, através de incentivo fiscal, objetivando a capacitação de segmentos da sociedade civil, com relação ao Estatuto e implementação dos Conselhos Tutelares , incluindo a implementação do SIPIA. A Resolução foi aprovada, sendo que a minuta será analisada pelo coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças, antes de sua publicação. Quanto ao termo de Acordo será analisado na próxima assembléia. Finalizando os trabalhos, o Presidente solicitou para que todos fizessem em três palavras uma avaliação dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, onde o resultado foi positivo em todos os sentidos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembléia, e para constar, eu Maria Bernadete Olivo, lavrei a presente ata, que depois

de lida e aprovada pelo Colegiado será assinada pelo Presidente do CONANDA.

CLÁUDIO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

Presidente